



Ministério Público deve acusar toupeiras do Benfica em setembro

Processo tem um preso preventivo que terá de ser libertado no próximo mês. Não foi requerida “especial complexidade”



SUSANA INACIO/VA/REUTERS

OUTROS CASOS

Branqueamento

Seis arguidos foram constituídos e houve buscas no Benfica, em junho, por suspeitas de crimes fiscais e lavagem de dinheiro, denunciadas num alerta bancário após movimentos de quase 1,9 milhões de euros, com origem na Benfica SAD e na Benfica Estádio SA, para uma firma de informática.

Emails

A divulgação de emails do Benfica, por parte do diretor de comunicação do F.C. Porto, Francisco J. Marques, no Porto Canal, levantou suspeitas de crimes de tráfico de influência e corrupção. Houve buscas ao Estádio da Luz, às casas de dirigentes e elementos ligados à arbitragem. Paulo Gonçalves também é arguido.

Operação Lex

Filipe Vieira é suspeito de ter oferecido ao juiz Rui Rangel um cargo na futura universidade das águas em troca de uma cunha num processo fiscal. Na Operação Lex, Rangel é suspeito de corrupção e Vieira também é arguido.

Vouchers

Foi Bruno de Carvalho quem denunciou que o Benfica oferecia a árbitros, observadores e delegados da Liga de Futebol o Kit Eusébio (uma camisola e quatro jantares). O Tribunal Arbitral do Desporto decidiu arquivar o caso, mas o DIAP juntou esta investigação ao e-Toupeira.

Rio Ave-Benfica

A PJ investiga a possibilidade de ter havido manipulação do resultado da visita do Benfica a Vila do Conde, a 24 de abril de 2016, num jogo a contar para a 31.ª jornada da edição de 2015/16 da Liga e que os encarnados venceram por 1-0, com um golo de Raúl Jiménez.

Luis Filipe Vieira (à esquerda) e Paulo Gonçalves são arguidos em vários inquéritos

Alexandre Panda e Nuno Miguel Maia
justica@jn.pt

INQUÉRITO O Ministério Público deverá acusar dentro de um mês Paulo Gonçalves, assessor jurídico de Luís Filipe Vieira no Benfica, e os funcionários judiciais suspeitos de serem as toupeiras do clube da Luz no sistema de justiça. O processo “e-Toupeira” tem um preso preventivo, que terá de ser libertado se não for proferida a acusação pública até setembro.

O prazo máximo expira no próximo dia 6, quando se completam seis meses desde que foram detidos pela Polícia Judiciária (PJ) aquele responsável jurídico do Benfica e o oficial de justiça José Nogueira da Silva, além de terem sido alvos de buscas e constituídos arguidos mais funcionários judiciais.

A duração do inquérito só não estará limitada a este prazo de seis meses se, entretanto, o Ministério Público requerer e o juiz de instrução criminal deferir a qualificação do processo como de “excecional complexidade”, caso em que o prazo máximo será alargado, até um ano.

De acordo com informação reco-

lhida pelo JN, tal requerimento ainda não foi feito, o que será sinal de que a acusação pode ser conhecida até setembro. Sob investigação da PJ estão crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, violação de segredo de justiça, peculato, falsidade informática, favorecimento pessoal, acesso ilegítimo e ainda burla informática.

PERIGOS CONTINUAM

No último dia 11, o Tribunal da Relação de Lisboa decidiu confirmar a aplicação da medida de coação de prisão preventiva ao funcionário judicial José Augusto Nogueira da Silva.

Na senda da posição do Ministério Público, os juizes desembargadores concluíram que o arguido não poderia ficar em prisão domiciliária, com pulseira eletrónica, pois, mediante os seus avançados conhecimentos informáticos e a circunstância de ter acedido aos processos que interessavam ao Benfica através de palavras-passe de outras pessoas (incluindo a procuradora Ana Paula Vitorino), poderia prosseguir em casa a atividade criminosa. Bastar-lhe-ia voltar a recorrer a dados de acesso de terceiros ao programa Citius, a fim de poder

continuar a “trabalhar” para os encarnados, até porque também é um ferrenho adepto.

Após as buscas e detenções, a investigação da PJ passou a ter vários aspetos a aprofundar, o que foi feito nos últimos meses. Por exemplo, faltava apurar mais eventuais cúmplices de José Nogueira Silva no sistema de justiça – além dos funcionários Júlio Loureiro e José Manuel Ribeiro, já arguidos –, saber por que meios foram subtraídas as credenciais de acesso de terceiros ao Citius usadas para espiar 10 inquéritos-crime em segredo de justiça, bem como esclarecer o possível envolvimento e conhecimento de outros elementos do Benfica sobre o esquema das toupeiras na justiça.

MAIS DOIS ARGUIDOS

Até ao momento, não consta que, além de Paulo Gonçalves, tenham sido constituídos arguidos outros responsáveis das águas nem o próprio clube da Luz, em nome e no interesse do qual atuou o assessor jurídico do presidente Luís Filipe Vieira. Porém, recentemente, foram constituídos arguidos mais dois oficiais de justiça, ligados às comarcas de Leiria e Coimbra. ●

PROTAGONISTA



Paulo Gonçalves
Assessor jurídico

Nascido no Porto, licenciado em Direito, participou na constituição da SAD do F. C. Porto, de onde saiu em 1999. Braço-direito de Filipe Vieira, é ele que, muitas vezes, representa as águas na Liga. Detido e sujeito a interrogatório judicial, por indícios de corrupção ativa, o assessor jurídico do Benfica foi libertado. Não ficou suspenso nem proibido de frequentar instalações do clube. Inicialmente, a direção encarnada afirmou, em comunicado, que Paulo Gonçalves iria poder provar a “legalidade dos seus procedimentos”, mas posteriormente expressou apoio explícito.